



# COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

TARDE

## ANALISTA CVM - PERFIL 6 - CONTABILIDADE PÚBLICA

PROVA OBJETIVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – NÍVEL SUPERIOR  
TIPO 1 – BRANCA



### SUA PROVA

Além deste caderno de provas contendo setenta questões objetivas, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha para a marcação das respostas das questões objetivas



### TEMPO

- **4 horas** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva
- **3 horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de provas
- **30 minutos** antes do término do período de prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de provas**



### NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala



### INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
- Verifique se este caderno de provas está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências
- Na folha de respostas da prova objetiva, confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade, e leia atentamente as instruções para preenchimento
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s)
- Confira o cargo, a cor e o tipo do seu caderno de provas. Caso tenha recebido caderno de cargo, cor ou tipo diferente do impresso em sua folha de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala
- O preenchimento das respostas da prova objetiva é de sua responsabilidade e não será permitida a troca da folha de respostas em caso de erro
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva, não sendo permitido anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de provas
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas

**Boa sorte!**



## PROVA OBJETIVA

### CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

#### Contabilidade voltada para o setor público

1

O Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), elaborado e atualizado pela Secretaria do Tesouro Nacional, é estruturado em três subsistemas de informações que segregam contas contábeis em grandes grupos de acordo com as características dos atos e fatos nelas registrados.

Nesse sentido, a natureza da informação orçamentária é representada no PCASP pelas seguintes classes:

- (A) 1 e 2;
- (B) 3 e 4;
- (C) 5 e 6;
- (D) 7 e 8;
- (E) 1, 2, 3 e 4.

2

Um ente público está desenvolvendo um projeto para reconhecimento e contabilização dos bens do patrimônio cultural (intangível) visando a incorporá-los ao seu balanço patrimonial. Ao observar o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), o grupo de trabalho (GT) identificou que não existiam contas específicas para o reconhecimento de alguns dos ativos mapeados.

A inclusão dessas contas pelo GT só é possível a partir do nível:

- (A) grupo;
- (B) subgrupo;
- (C) título;
- (D) subtítulo;
- (E) item.

3

Após entrar com pedido de acesso à informação sobre uma transação envolvendo a reavaliação de alguns dos ativos de um determinado ente público, dois usuários, a despeito de não alcançarem o mesmo resultado sobre as estimativas empregadas, chegaram a um consenso sobre o valor anual reduzido e destacado nas demonstrações contábeis.

Com base na NBC TSP – Estrutura Conceitual, nessa situação houve o cumprimento da seguinte característica qualitativa da informação contábil:

- (A) relevância;
- (B) representação fidedigna;
- (C) comparabilidade;
- (D) compreensibilidade;
- (E) verificabilidade.

4

Uma entidade pública detinha um contrato de serviço de recolhimento de resíduos hospitalares. O referido contrato tinha vigência até 30 de novembro de 20X3 e, por uma falha de controle, a equipe não processou a renovação contratual em tempo hábil. Dada a essencialidade do serviço, a empresa prestadora foi autorizada a dar continuidade à sua prestação. O serviço foi regularmente medido para o mês de dezembro, mas sem o devido empenho.

No exercício de 20x4, a despesa referida deverá ser tratada como despesa de exercícios anteriores, por meio de:

- (A) abertura de créditos adicionais extraordinários;
- (B) inscrição em restos a pagar não processados;
- (C) processo de reconhecimento de dívida;
- (D) registro de despesa extraorçamentária;
- (E) transposição de despesas intraorçamentárias.

5

Um grupo de servidores foi convocado para participar de uma atividade de capacitação fornecida por um órgão de controle em um estado vizinho. Por meio de suprimento de fundos, os participantes receberam, três dias antes da data da viagem, auxílio para custear transporte e hospedagem.

No momento do pagamento, o ordenador de despesa deixou de cumprir a(s) seguinte(s) fase(s) da despesa pública:

- (A) empenho;
- (B) liquidação;
- (C) pagamento;
- (D) empenho e liquidação;
- (E) empenho, liquidação e pagamento.

6

Durante a verificação do direito adquirido pelo fornecedor em relação aos serviços prestados em 10/12/20X1, o ordenador de despesa identificou, em 15/01/20X2, que parte dos restos a pagar não processados, que haviam sido emitidos, foram anulados em 05/01/20X2.

Assim, para se proceder ao pagamento, os seguintes procedimentos foram adotados:

- (A) reemissão dos restos a pagar não processados em montante equivalente à anulação indevida para liquidação e pagamento em 15/01/20X2;
- (B) emissão de empenho ordinário em 15/01/20X2 para liquidação e pagamento no montante equivalente ao anulado indevidamente em 05/01/20X2;
- (C) cancelamento, em 15/01/20X2, dos restos a pagar não processados que não foram anulados para reemissão de empenho ordinário no valor total prestado pelo fornecedor;
- (D) emissão, em 15/01/20X2, de despesas de exercícios anteriores em valor equivalente ao montante dos restos a pagar cancelado indevidamente em 05/01/20X2;
- (E) emissão de nota de empenho estimativo, em 15/01/20X2, com data retroativa para cumprimento da parcela de restos a pagar anulada indevidamente em 05/01/20X2.

**7**

Após a estimação das receitas na Lei Orçamentária Anual (LOA) e reconhecimento do direito ao recebimento do IPVA no balanço patrimonial, os pagamentos começaram a ser efetuados pelos contribuintes.

De acordo com o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), o pagamento do referido tributo, na medida em que é identificado pelo ente público, afeta o(s) seguinte(s) subsistema(s) de informação:

- (A) patrimonial;
- (B) orçamentário e financeiro;
- (C) controle e financeiro;
- (D) patrimonial e orçamentário;
- (E) patrimonial, orçamentário e controle.

**8**

Durante a realização de vistoria por uma equipe técnica especializada, foi identificado o comprometimento de parte da estrutura em um dos imóveis em propriedade de um ente público, com declínio permanente na utilidade do ativo na geração de benefícios econômicos e potencial de serviços.

Com o laudo técnico, a contabilidade procedeu ao ajuste do valor contábil atribuído ao referido ativo no balanço patrimonial, registrando a devida:

- (A) depreciação;
- (B) amortização;
- (C) exaustão;
- (D) redução ao valor recuperável;
- (E) reavaliação do *goodwill*.

**9**

Um ordenador de despesa recebeu, do setor de licitação, aditivo do contrato para empenho da segunda etapa da construção de escolas em um determinado município, com obras a serem executadas em fases estipuladas e definidas mensalmente. Nesse momento, também indicou a necessidade de reforço dos empenhos emitidos para pagamento dos gastos com o fornecimento público de água das unidades escolares em atividade.

Nesse cenário, a emissão dos empenhos pelo ordenador de despesa se dará nas seguintes modalidades, respectivamente:

- (A) global e ordinário;
- (B) ordinário e ordinário;
- (C) global e estimativo;
- (D) estimativo e global;
- (E) ordinário e estimativo.

**10**

Em 30/12/20X1, o responsável pelo setor de liquidação solicitou documentos complementares para prosseguir com a avaliação do processo de um material gráfico contratado para uma campanha de prevenção da dengue, realizada em outubro (protótipos, cartazes e outros arquivos).

Levando em consideração que a solicitação só foi atendida em 05/01/20X2, o referido ente público deverá realizar, em 31/12/20X1, o(a):

- (A) emissão de restos a pagar processados;
- (B) emissão de restos a pagar não processados;
- (C) emissão de despesa de exercícios anteriores;
- (D) cancelamento do empenho atual para reemissão no ano seguinte;
- (E) liquidação e pagamento do serviço em cumprimento ao encerramento do exercício.

**11**

Determinado ente público obteve, a título gratuito (doação), o imóvel que funcionará como sua sede administrativa. Após a equipe de contabilidade verificar a possibilidade de obtenção de benefícios econômicos e serviços associados ao referido imobilizado, procedeu-se às atividades necessárias ao seu reconhecimento.

Com base no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), a inclusão do ativo no balanço patrimonial deverá ocorrer a partir da seguinte base de mensuração:

- (A) custo histórico;
- (B) custo de reposição ou substituição;
- (C) preço líquido de venda;
- (D) valor justo;
- (E) valor em uso.

**12**

Ao desenvolver um projeto para incorporação de novos ativos intangíveis no balanço patrimonial de um ente público, um grupo de trabalho (GT) identificou o cumprimento integral da definição de elemento para os referidos ativos. Para as características qualitativas da informação, observou-se o cumprimento integral das características fundamentais, mas diferentes níveis de atendimento para as de melhoria (totalmente para a verificabilidade e comparabilidade e parcialmente para a compreensibilidade e tempestividade).

Levando em consideração que esse foi o melhor cenário de equilíbrio ou compensação entre as características qualitativas, de acordo com a NBC TSP – Estrutura Conceitual e com o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), os ativos intangíveis:

- (A) não deverão ser reconhecidos no balanço patrimonial do ente público;
- (B) serão reconhecidos apenas como “outros recursos” por meio de nota explicativa no balanço patrimonial;
- (C) serão reconhecidos integralmente e comporão o balanço patrimonial do referido ente;
- (D) serão reconhecidos parcialmente para aqueles em que a compreensibilidade e tempestividade tiver sido alcançada;
- (E) terão sua intenção de reconhecimento indicada em notas explicativas ao balanço patrimonial, se as características qualitativas de melhoria forem cumpridas no mesmo nível.

**13**

O balanço patrimonial é uma das demonstrações contábeis das entidades públicas que, com as recentes atualizações feitas pelo MCASP, mais se assemelha ao formato de apresentação feito por empresas privadas.

Sua estrutura original, prevista na Lei nº 4.320/1964, inclui a demonstração, ao final do exercício financeiro, de:

- (A) ajustes de avaliação patrimonial;
- (B) ativo e passivo financeiros;
- (C) saldo de ativos no grupo investimentos;
- (D) saldo de obrigações fiscais;
- (E) variações patrimoniais aumentativas e diminutivas.

**14**

Muitos avanços têm sido observados nos últimos anos no sentido de permitir o acompanhamento da execução orçamentária dos entes públicos, principalmente ampliando os meios de acesso. Em meio a esses avanços, o balanço orçamentário permanece sendo o instrumento mais básico para acompanhar as informações sobre a execução das receitas e despesas ao longo do exercício financeiro.

Um item da estrutura original do balanço orçamentário, prevista na Lei nº 4.320/1964, que foi alterado na estrutura atual prevista no MCASP refere-se à(ao):

- (A) apresentação das despesas por créditos orçamentários e adicionais;
- (B) detalhamento da despesa por função, atualmente feito em demonstrativo específico;
- (C) demonstração da receita segregada por categorias econômicas;
- (D) especificação das receitas e despesas intraorçamentárias;
- (E) apuração das variações ativas e passivas independentes da execução orçamentária.

**15**

No ano de 2023, a demonstração dos fluxos de caixa consolidada do município do Rio de Janeiro registrou ingressos das atividades operacionais da ordem de R\$ 40,8 bilhões.

Uma receita que, por sua natureza, contribui para a formação desse montante decorre da(s):

- (A) amortização de empréstimos concedidos;
- (B) integralização do capital social de empresas dependentes;
- (C) receita de alienação de bens inservíveis leiloados;
- (D) remuneração das disponibilidades;
- (E) transferências intergovernamentais concedidas.

**16**

Os montantes de recursos aplicados em dois exercícios financeiros (de referência e anterior) em ações governamentais destinadas à concessão de benefícios previdenciários e assistenciais consistem em uma informação relevante para que a sociedade acompanhe a atuação do governo nessas áreas.

Essas informações devem ser apresentadas conjuntamente:

- (A) em notas explicativas ao balanço financeiro;
- (B) na demonstração das variações patrimoniais;
- (C) no demonstrativo das despesas por função;
- (D) no quadro de detalhamento da despesa do balanço orçamentário;
- (E) nos programas constantes no plano plurianual.

**17**

Uma entidade pública realizou um torneio licitatório para aquisição de três geradores para uso em suas atividades, uma vez que a região sofria com quedas recorrentes no fornecimento de energia elétrica. O fornecedor realizou a entrega dos geradores conforme especificações do termo de referência e cumpriu todas as formalidades necessárias para a liquidação da despesa, que foi realizada em 30/12 do referido exercício.

Como não houve mais processamentos, no encerramento do exercício, a referida despesa deve ser tratada como:

- (A) créditos prorrogáveis para o exercício seguinte;
- (B) despesas empenhadas em liquidação;
- (C) despesas não processadas no exercício;
- (D) restos a pagar não processados em liquidação;
- (E) restos a pagar processados.

**18**

No balanço orçamentário, é possível demonstrar as etapas que envolvem a previsão e a realização da receita pública, que, por sua natureza estimativa, pode apresentar variações ao longo do exercício.

Nesse sentido, no balanço orçamentário, o registro de excesso de arrecadação ou a contratação de operações de crédito devem:

- (A) alterar a previsão inicial de arrecadação;
- (B) compor o superávit financeiro do exercício;
- (C) ser considerados na coluna de saldo das receitas;
- (D) ser incluídos na coluna de previsão atualizada;
- (E) ser segregados do resultado da receita orçamentária.

**19**

Em um dado exercício financeiro, um ente estadual procedeu à publicação de decretos de abertura de créditos adicionais ao orçamento corrente, conforme descrito no quadro a seguir.

Instrumento	Data	Tipo de crédito	Valor	Empenho
Decreto nº 07	18/abr	Suplementar	R\$ 10.000,00	25%
Decreto nº 13	02/set	Suplementar	R\$ 23.000,00	50%
Decreto nº 23	23/jul	Especial	R\$ 70.000,00	40%
Decreto nº 79	13/out	Extraordinário	R\$ 160.000,00	60%

Após o encerramento do referido exercício financeiro, o montante de créditos passíveis de reabertura no exercício seguinte corresponde a:

- (A) R\$ 53.500,00;
- (B) R\$ 64.000,00;
- (C) R\$ 75.500,00;
- (D) R\$ 106.000,00;
- (E) R\$ 125.000,00.

**20**

“A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado aprovou no início da segunda quinzena de abril uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que concede um aumento salarial de 5% a cada cinco anos de serviço para membros do Poder Judiciário e do Ministério Público, até o limite de 35% da remuneração do servidor. Pelo texto da PEC, o valor adicional não seria contabilizado dentro do teto do funcionalismo público.

O relator da apelidada PEC do Quinquênio recomenda permitir que o adicional seja pago a: ministros do Tribunal de Contas da União (TCU) e conselheiros dos tribunais de contas municipais e estaduais, defensores públicos, servidores da Advocacia-Geral da União (AGU), procuradores dos estados e do DF e delegados da Polícia Federal.

Em todos os casos, o texto autoriza o pagamento do adicional a aposentados e pensionistas. Em nível federal, estima-se um impacto anual de R\$ 42 bilhões em três anos.”

(Adaptado de G1:

<https://g1.globo.com/politica/noticia/2024/04/17/ccj-do-senado-aprova-pec-criticada-pelo-governo-que-turbina-salarios-de-juizes-e-promotores.ghtml>)

O controle de despesa com pessoal ainda é um dos grandes desafios para a responsabilidade fiscal dos entes públicos, em todos os níveis de governo.

Sobre as regras para despesa com pessoal no âmbito do Poder Judiciário Federal, é correto afirmar que:

- (A) a despesa com pessoal não deve ultrapassar 3% da receita corrente líquida no período de referência;
- (B) o limite máximo deve considerar toda a estrutura federal, embora haja percentuais de referência por poder e órgão;
- (C) o limite engloba as despesas com pessoal do Tribunal de Contas e Ministério Público;
- (D) o limite máximo da despesa com pessoal depende de parâmetros definidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- (E) o limite prudencial será atingido se a despesa com pessoal comprometer mais de 5,7% da receita corrente líquida.

**21**

Um dos anexos do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) apresenta, de forma detalhada, a apuração da Receita Corrente Líquida (RCL). Essa apuração tem particularidades para cada ente da Federação em termos de valores que devem ser deduzidos do somatório das receitas correntes.

No caso específico da RCL de um estado da Federação, um item considerado como dedução na apuração da RCL, ajustada para fins de cálculo dos limites da despesa com pessoal, refere-se:

- (A) à compensação financeira entre os regimes de previdência;
- (B) às contribuições sociais para a seguridade social do trabalhador;
- (C) aos rendimentos de aplicações de recursos previdenciários;
- (D) às transferências recebidas da União relativas às emendas impositivas individuais e de bancada;
- (E) aos valores relativos à dedução de receita para formação do fundo da educação básica.

**22**

Podem surgir discrepâncias na apuração dos resultados primário e nominal calculados pelas metodologias “acima da linha” e “abaixo da linha”, sendo necessários alguns ajustes nos cálculos para que as metodologias se tornem compatíveis.

Um desses ajustes no resultado nominal corresponde a:

- (A) adicionar as receitas de alienação de investimentos permanentes;
- (B) ajustar ganhos e perdas decorrentes de marcação a mercado de títulos da dívida pública;
- (C) eliminar o valor das variações no saldo de restos a pagar processados ocorridas durante o período de apuração;
- (D) excluir o valor dos precatórios registrados por competência no período de apuração;
- (E) incluir o valor de obrigações em atraso, devidas pelo ente e não pagas no período devido.

**23**

No Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida (DCL), apresentado como anexo do Relatório de Gestão Fiscal (RGF), se, no período de apuração, houver saldos de valores relativos à dívida securitizada, estes deverão ser tratados como:

- (A) aplicações de fundos diversos junto ao setor privado;
- (B) dedução dos haveres financeiros;
- (C) detalhamento analítico da dívida mobiliária;
- (D) dívida contratual constituída mediante autorização orçamentária;
- (E) passivos reconhecidos com insuficiência de créditos.

**24**

Uma entidade pública adquiriu um terreno para a construção de uma unidade de saúde, no valor de R\$ 800.000,00, por meio de um contrato de financiamento. O financiamento será pago em 12 parcelas mensais, que correspondem ao prazo estimado para a conclusão da obra. Os juros compostos são pré-fixados e correspondem a 1% a.m., que implicam um montante de R\$ 52.948,37.

De acordo com o tratamento padrão dos custos dos empréstimos previsto no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), os custos do referido contrato de financiamento devem ser:

- (A) creditados na conta retificadora 2.1.2.x.x.xx – encargos financeiros a apropriar a curto prazo;
- (B) debitados na conta de 2.1.2.x.x.xx – juros e encargos a pagar;
- (C) incorporados por competência ao custo de ativo objeto do contrato de financiamento;
- (D) reconhecidos no passivo, seguido da conta retificadora, a fim de que a apropriação ocorra mensalmente;
- (E) registrados como variações patrimoniais diminutivas financeiras na assinatura do contrato.

**25**

Quando uma entidade pública verificar que não houve recebimento de um crédito de sua competência no prazo de vencimento, ela deve encaminhá-lo à instância competente para sua inscrição em dívida ativa, com observância dos prazos e procedimentos preestabelecidos.

Conforme as disposições do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), a inscrição do crédito em dívida ativa:

- (A) configura fato contábil modificativo, pois aumenta o valor do patrimônio líquido do ente público;
- (B) desconsidera eventuais ajustes para perdas registrados pela entidade de origem do crédito;
- (C) gera uma baixa do crédito a receber contra uma variação patrimonial diminutiva na instância competente para inscrição;
- (D) ocasiona a troca do crédito a receber no ativo circulante pelo crédito de dívida ativa no ativo não circulante, entre a entidade de origem e a instância competente para inscrição;
- (E) provoca o reconhecimento de um crédito de dívida ativa contra uma variação patrimonial aumentativa na entidade de origem do crédito.

**26**

Uma entidade pública contratou um empréstimo em moeda estrangeira destinado à aquisição de equipamentos de alta precisão para um dos seus laboratórios. A transação foi firmada em 01/07/20x3 e o valor foi recebido em 15/07/20x3, com prazo de um ano para pagamento; os equipamentos foram adquiridos em 01/08/20x3 e recebidos em 01/11/20x3, com operações iniciadas em 01/12/20x3.

No reconhecimento inicial da contratação do empréstimo, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) indica que a transação:

- (A) deve ser registrada na moeda funcional, aplicando a taxa de câmbio vigente na data do recebimento do recurso;
- (B) deve ser registrada pela taxa média de câmbio apurada entre a contratação do empréstimo e o recebimento dos equipamentos;
- (C) pode ser registrada a uma taxa que se aproxime da taxa real na data da transação;
- (D) pode ser registrada a valor justo, convertido pela taxa de câmbio da moeda de apresentação;
- (E) pode ser registrada pela taxa de câmbio estimada para o fechamento do exercício.

**27**

Ao demonstrar a receita e a despesa orçamentárias, bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extra-orçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte, a estrutura do balanço financeiro proposta pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP):

- (A) demonstra os pagamentos extraorçamentários realizados a título de despesas de exercícios anteriores;
- (B) detalha a execução de receitas e despesas orçamentárias vinculadas e não vinculadas;
- (C) evidencia a contribuição das transações extraorçamentárias para apuração do resultado primário;
- (D) possibilita a apuração do resultado financeiro, destinado à cobertura de créditos adicionais;
- (E) proporciona a compatibilização do resultado financeiro do exercício com o saldo patrimonial do ativo financeiro.

**28**

A adoção de sistemas de informações de custos em entidades públicas representa um avanço para a sua gestão, uma vez que o objetivo geral desses sistemas é evidenciar o quanto de recurso foi utilizado por uma entidade para cumprir determinada finalidade. Portanto, trata-se de uma informação que contribui para as atividades de gestão e controle.

Na adoção de um sistema de custos a partir das disposições da NBC TSP 34, deve-se considerar que:

- (A) a necessidade de segregar custos e despesas independe do modelo de gerenciamento de custos adotado;
- (B) a segregação entre custos e perdas é necessária, pois as perdas são atribuídas aos objetos de custos;
- (C) as despesas não associadas aos créditos autorizados no orçamento são tratadas como custos indiretos;
- (D) o custo do período deve ser apurado por competência, independentemente da execução orçamentária;
- (E) os custos de uma entidade devem ser definidos por meio de métodos de custeio e bases de mensuração uniformes.

**29**

A adoção de um processo de gerenciamento de custos envolve um fluxo de trabalho com diversos atores de uma organização e responsabilidades previamente definidas. A Portaria STN nº 1.470, de 30 de junho de 2022, dispõe que a primeira atividade consiste em demarcar as diretrizes e o escopo do gerenciamento de custos, atividade que é seguida pela estruturação dos objetos de custos.

As tarefas associadas a essa segunda atividade devem envolver o(s) seguinte(s) ator(es):

- (A) alta administração da entidade;
- (B) gestores de centro de responsabilidade;
- (C) instância de auditoria interna da entidade;
- (D) órgão central de custos;
- (E) órgãos setoriais de custos.

**30**

As transações realizadas por entidades públicas envolvendo receitas e despesas têm naturezas e implicações diversas, que requerem mecanismos de controle adequados para possibilitar a subsequente prestação de contas.

Nesse contexto, considere as transações a seguir.

- contratação de entidade integrante do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social para prestação de serviços de treinamento;
- recolhimento de contribuições patronais ao RPPS;
- recolhimento de tributos do próprio ente por empresas estatais dependentes.

Tais transações são exemplos de:

- (A) despesas de caráter continuado;
- (B) despesas de caráter discricionário;
- (C) despesas por mutação patrimonial;
- (D) transações com contraprestação;
- (E) transações intraorçamentárias.

## Administração Financeira e Orçamentária

31

Ao considerar o orçamento público sob a perspectiva dos estágios da reforma orçamentária, iniciamos com a lógica do orçamento por objeto, em seguida passamos pelo orçamento por desempenho até culminar no orçamento como instrumento de planejamento e *accountability*.

Esses elementos caracterizam a evolução do orçamento como um instrumento de natureza:

- (A) econômica;
- (B) gerencial;
- (C) jurídica;
- (D) política;
- (E) operacional.

32

Considere o texto a seguir, referente a uma lei orçamentária hipotética.

Lei nº 2.307, de 13 de janeiro de 2023

Ementa: Esta lei estima a receita e fixa a despesa do município de Renascer das Cinzas para o exercício financeiro de 2023, estabelece a programação financeira do exercício e autoriza a realização de operações de crédito para as finalidades especificadas.

Esse trecho indica que foi desrespeitado o seguinte princípio orçamentário:

- (A) anualidade;
- (B) especificação;
- (C) exclusividade;
- (D) não vinculação;
- (E) programação.

33

Como compromisso para sua futura gestão, durante o processo de campanha eleitoral, o governador de um estado da Federação se comprometeu a priorizar as áreas de saúde e educação, que vinham apresentando os piores desempenhos nos *rankings* nacionais. Ao assumir a gestão, após levantamento e análise de indicadores de cada região do estado, o governador, junto com a sua equipe, definiu o seguinte:

- para a área de saúde, metas para atendimento e ampliação de cobertura de serviços nos hospitais e unidades de saúde do estado, que incluem investimentos para a construção de novas unidades;
- para a área de educação, o objetivo é que nenhuma criança até 14 anos fique fora da escola; adicionalmente, são propostas metas de redução da evasão escolar e melhoria nos índices de desempenho da educação básica; são necessários investimentos em infraestrutura e equipamentos para a rede estadual de ensino.

Para que sejam inseridos nos instrumentos de planejamento legalmente previstos, primeiramente essas metas e objetivos devem ser:

- (A) compatibilizados com as metas definidas no anexo de metas fiscais;
- (B) incluídos em programas temáticos no plano plurianual;
- (C) incorporados ao plano diretor de desenvolvimento do estado;
- (D) objeto de instrumento próprio, pela necessidade de controle de aplicação mínima;
- (E) priorizados nas dotações propostas para o orçamento fiscal e da seguridade social.

34

Com vistas a subsidiar a responsabilidade na gestão fiscal por parte dos entes públicos, a LRF trouxe inovações em termos de instrumentos de planejamento e controle. Um desses instrumentos é o anexo de riscos fiscais, no qual o ente público deve identificar e avaliar todos os riscos capazes de afetar as contas públicas.

Esse anexo:

- (A) acompanha o relatório quadrimestral de gestão fiscal;
- (B) apresenta os critérios para destinação da reserva de contingência;
- (C) deve indicar as providências a serem tomadas, caso os riscos se concretizem;
- (D) deve ser revisado quando um dos limites fiscais for ultrapassado;
- (E) é concebido junto ao ciclo de elaboração do plano plurianual.

35

No ciclo orçamentário, as prerrogativas de proposição do orçamento anual cabem ao Poder Executivo, enquanto, ao Poder Legislativo, cabe discutir, emendar, votar e aprovar a proposta orçamentária.

A aprovação da EC nº. 86/2015 lançou luzes sobre as emendas parlamentares ao orçamento, que:

- (A) têm caráter impositivo limitado;
- (B) geram despesas sem efeito nas metas fiscais;
- (C) devem ser destinadas somente a despesas de capital;
- (D) não estão vinculadas a aplicação em área específica;
- (E) devem ser executadas mediante assinatura de convênios.

**36**

Em março de 2023, após o fechamento das demonstrações contábeis do exercício de 2022 de uma entidade pública, foram apuradas as seguintes informações:

- Ativo financeiro - R\$ 23.000,00
- Passivo financeiro - R\$ 7.000,00
- Restos a pagar - R\$ 1.300,00

Adicionalmente, apurou-se que, nesses primeiros meses do exercício de 2023, foram registrados os seguintes fatos:

- Créditos adicionais reabertos no exercício vigente – R\$ 2.600,00
- Créditos extraordinários abertos no exercício – R\$ 1.800,00
- Operações de crédito autorizadas para investimentos – R\$ 4.300,00

Com base nessas informações e à luz da legislação pertinente, se a entidade precisar abrir créditos adicionais, poderá contar com recursos da ordem de:

- (A) R\$ 12.100,00;
- (B) R\$ 13.400,00;
- (C) R\$ 15.900,00;
- (D) R\$ 19.900,00;
- (E) R\$ 20.300,00.

**37**

Com o objetivo de subsidiar o controle da execução orçamentária, foram estabelecidos procedimentos contábeis que registram as etapas da receita e da despesa orçamentárias. Os procedimentos relativos à despesa orçamentária estão alinhados às disposições do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e da Lei nº 4.320/1964.

Dessa forma, o lançamento a ser feito quando da ocorrência do fato gerador de uma despesa orçamentária:

- (A) deve se dar exclusivamente na natureza da informação patrimonial;
- (B) é facultativo na natureza de informação de controle se se tratar de despesas de exercícios anteriores;
- (C) precede o lançamento de comprometimento do crédito disponível;
- (D) registra contrapartida credora na conta Crédito Empenhado em Liquidação, na natureza orçamentária;
- (E) tem como contrapartida devedora a conta Crédito Disponível, na natureza patrimonial.

**38**

Para contribuir com a restauração de um museu gerido por uma entidade fundacional do Ministério da Educação, o Ministério da Cultura descentralizou, à entidade fundacional, créditos orçamentários no valor de R\$ 7 milhões, que deveriam ser aplicados em despesas de capital (investimentos).

A descentralização de créditos deverá ser operacionalizada por meio de um (a):

- (A) destaque;
- (B) provisão;
- (C) sub-repasse;
- (D) transposição;
- (E) remanejamento.

**39**

Uma entidade assinou um contrato de prestação de serviços de limpeza para o período de doze meses (dezembro/2022 a novembro/2023). A despesa foi empenhada no elemento 39 (Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica). A entidade não renovou o contrato a tempo (até o final de novembro), mas a empresa contratada manteve a prestação de serviços sem o suporte orçamentário. Somente no final do mês de dezembro/2023, foi assinado um novo contrato, regularizando a situação. Em decorrência de não haver saldo de dotação orçamentária, a despesa somente foi empenhada no exercício seguinte ao da prestação de serviços.

Considerando a situação narrada e a legislação aplicável, o valor relativo à despesa com serviços de limpeza em dezembro/2023 deve ser registrado:

- (A) à conta de restos a pagar, pela ocorrência do fato gerador no exercício;
- (B) como despesa de exercícios anteriores, não processada na época própria;
- (C) como despesa extraorçamentária, com efeito nulo no resultado do exercício;
- (D) no elemento 39 (Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica), pela natureza do serviço prestado;
- (E) no elemento 93 (Indenizações e Restituições), em decorrência dos danos à prestadora de serviço.

**40**

Uma entidade teve um dos veículos de sua frota destruído em um sinistro. Após a devida avaliação pela seguradora, a entidade foi notificada de que fazia jus à indenização conforme cláusulas da apólice de seguro.

Nesse contexto, a receita da indenização recebida da seguradora:

- (A) apresenta efeito nulo na apuração das receitas primárias;
- (B) deve ser aplicada apenas para reposição do veículo destruído;
- (C) deve ser destinada à cobertura de passivos contingentes;
- (D) pode ser aplicada em despesas correntes ou de capital;
- (E) tem natureza de receita extraorçamentária.

**41**

Junto ao controle da despesa com pessoal, o controle da dívida consolidada é um dos mais relevantes no contexto dos limites fiscais tratados pela Lei de Responsabilidade Fiscal. No caso da dívida consolidada, o seu limite foi estabelecido em termos de dívida consolidada líquida (DCL).

Com isso, para apuração da DCL do montante da dívida consolidada, devem ser deduzidos os:

- (A) adiantamentos concedidos a fornecedores;
- (B) créditos tributários reconhecidos por competência;
- (C) depósitos restituíveis e valores vinculados;
- (D) empréstimos e financiamentos concedidos;
- (E) valores inscritos em dívida ativa.

**42**

O Decreto Federal nº YYY/2024 pretendeu fixar em R\$ 80,00 o valor mínimo para que houvesse retenção de imposto de renda, incidente na fonte (IRRF), sobre rendimentos que devam integrar a base de cálculo do imposto devido na declaração de ajuste anual.

Acerca desse cenário e à luz do previsto na seção V do Capítulo V da Lei Federal nº 9.430/1996, é correto afirmar que:

- (A) a fixação do valor em R\$ 80,00 por meio de tal Decreto viola o princípio da legalidade tributária;
- (B) o valor fixado em R\$ 80,00 por tal Decreto viola a vedação legal de retenção de IRRF em valor inferior a R\$ 100,00;
- (C) a dispensa da retenção de IRRF sobre rendimentos que devam integrar a base de cálculo do imposto devido na declaração de ajuste anual é obrigatoriamente para valores iguais ou inferiores a R\$ 10,00;
- (D) o Poder Executivo pode elevar para até R\$ 100,00 a dispensa da retenção de IRRF sobre rendimentos que devam integrar a base de cálculo do imposto devido na declaração de ajuste anual;
- (E) a fixação do valor para dispensa da retenção de IRRF sobre rendimentos que devam integrar a base de cálculo do imposto devido na declaração de ajuste anual deveria ser veiculada por Instrução Normativa da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (SERFB), por se tratar de tributo administrado pela SERFB.

**43**

Marta é freira numa ordem religiosa que atua exclusivamente em atividades religiosas no Brasil. Nessa condição, ela recolhe contribuições para o Regime Geral de Previdência Social (RGPS) na qualidade de:

- (A) segurada obrigatória empregada;
- (B) segurada obrigatória contribuinte individual;
- (C) segurada obrigatória trabalhadora avulsa;
- (D) segurada obrigatória especial;
- (E) segurada facultativa.

**44**

Acerca das hipóteses de retenção de ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza) na fonte previstas na seção IV do Capítulo IV da Lei Complementar nº 123/2006, analise as afirmativas abaixo, considerando V para a(s) verdadeira(s) e F para a(s) falsa(s).

- ( ) A alíquota aplicável na retenção na fonte do ISS deverá ser informada no documento fiscal e corresponderá à alíquota efetiva de ISS a que a microempresa ou a empresa de pequeno porte estiver sujeita no mês anterior ao da prestação.
- ( ) Na hipótese de a microempresa ou empresa de pequeno porte estar sujeita a tributação do ISS no Simples Nacional por valores fixos mensais, não caberá a retenção na fonte de ISS.
- ( ) Não será eximida a responsabilidade do prestador de serviços quando a alíquota do ISS, informada no documento fiscal, for inferior à devida, hipótese em que o recolhimento dessa diferença será realizado em guia própria do município.

A sequência correta é:

- (A) V – V – V;
- (B) V – F – V;
- (C) V – F – F;
- (D) F – V – F;
- (E) F – F – F.

**45**

A Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (SERFB) verificou em seus sistemas que as seguintes pessoas jurídicas deixaram de apresentar, dentro do prazo legal, seus dados referentes à Escrituração Contábil Digital (ECD): 1) entidade Itaipu Binacional; 2) um sindicato de trabalhadores que auferiu, no ano-calendário, valor de 2 milhões de reais; 3) fundação pública de direito público Zoológico do município Alfa.

Acerca desse cenário e à luz da Instrução Normativa RFB nº 2.003/2021, é correto afirmar que:

- (A) todas as pessoas jurídicas elencadas devem ser sancionadas pela ausência de entrega de dados referentes à ECD;
- (B) apenas a entidade Itaipu Binacional deve ser sancionada pela ausência de entrega de dados referentes à ECD;
- (C) apenas a entidade Itaipu Binacional e o sindicato de trabalhadores devem ser sancionados pela ausência de entrega de dados referentes à ECD;
- (D) apenas o sindicato de trabalhadores e a fundação pública de direito público Zoológico do município Alfa devem ser sancionados pela ausência de entrega de dados referentes à ECD;
- (E) nenhuma pessoa jurídica elencada deve ser sancionada pela ausência de entrega de dados referentes à ECD.

**46**

O Comunicado Técnico Geral (CTG) 2001 (R3) estabelece o detalhamento dos procedimentos a serem observados na escrituração contábil em forma digital para fins de atendimento ao Sistema Público de Escrituração Digital (SPED).

Acerca de tal Comunicado Técnico, é correto afirmar que:

- (A) o Livro Diário deve ser obrigatoriamente autenticado no registro público ou entidade competente;
- (B) o plano de contas, com todas as suas contas sintéticas e analíticas, deve conter, no mínimo, 3 (três) níveis e é parte integrante da escrituração contábil da entidade;
- (C) o registro contábil deve conter o número de identificação do lançamento relacionado ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, aos elementos que comprovem ou evidenciem os fatos patrimoniais;
- (D) a escrituração contábil em forma digital deve ser executada em idioma e em moeda corrente nacionais, podendo ser executada em moeda estrangeira caso aqueles que detêm o controle da entidade sejam cidadãos estrangeiros;
- (E) a escrituração contábil é de atribuição e responsabilidade exclusiva de contabilista legalmente habilitado com registro ativo em Conselho Regional de Contabilidade e deve conter certificado e assinatura digital do contabilista, sendo facultativo o uso do certificado e assinatura digital da entidade.

47

O Decreto nº 8.373, de 11 de dezembro de 2014, instituiu o Sistema de Escrituração Digital conhecido como eSocial.

Acerca do eSocial, é correto afirmar que:

- (A) constitui ambiente nacional composto por repositório nacional, contendo o armazenamento da escrituração;
- (B) rege-se pelo princípio de conferir tratamento igualitário a todas as empresas presentes em território nacional;
- (C) é um instrumento de unificação de prestação de dois tipos específicos de informações, a saber, aquelas referentes à escrituração de obrigações previdenciárias e aquelas referentes à escrituração de obrigações trabalhistas;
- (D) é um instrumento de unificação de prestação de dois tipos específicos de informações, a saber, aquelas referentes à escrituração de obrigações fiscais e aquelas referentes à escrituração de obrigações previdenciárias;
- (E) as informações prestadas por meio dele não eximem a entidade de apresentar as Guias de Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social - GFIP, na forma disciplinada no Manual de Orientação do eSocial.

48

A Instrução Normativa RFB nº 2043, de 12 de agosto de 2021, dispõe sobre a Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais (EFD-Reinf). Em seu Capítulo V, ela trata do prazo de apresentação da EFD-Reinf.

Acerca de tais prazos, é correto afirmar que:

- (A) a EFD-Reinf deverá ser transmitida ao SPED mensalmente até o dia 20 (vinte) do mês subsequente ao mês a que se refere a escrituração;
- (B) se o último dia do prazo previsto para transmissão da EFD-Reinf não for dia útil para fins fiscais, a transmissão deverá ser antecipada para o dia útil imediatamente anterior;
- (C) se o último dia do prazo previsto para transmissão da EFD-Reinf não for dia útil para fins fiscais, o prazo de transmissão será postergado para o segundo dia útil subsequente;
- (D) o prazo para apresentação das informações de rendimentos relativos a lucros e dividendos, quando isentos de retenção de imposto incidente sobre a renda, fica prorrogado para até o dia 15 (quinze) do primeiro mês subsequente ao trimestre correspondente;
- (E) as entidades promotoras de espetáculos desportivos realizados em território nacional, dos quais participe ao menos 1 (uma) associação desportiva que mantenha equipe de futebol profissional, deverão transmitir EFD-Reinf com as informações relacionadas ao evento no prazo de até 2 (dois) dias úteis após a sua realização.

49

Dentre os entes abaixo listados, o único que está dispensado da apresentação da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF) é(são):

- (A) as organizações religiosas;
- (B) os partidos políticos;
- (C) os consórcios que realizam negócios jurídicos em nome próprio;
- (D) os fundos mútuos de investimento imobiliário sujeitos às normas do Bacen ou da CVM;
- (E) a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

50

As entidades da Administração Pública direta e indireta estão, em regra, obrigadas a reter na fonte o imposto sobre a renda, a CSLL, a Cofins e a Contribuição para o PIS/Pasep incidentes sobre os pagamentos que efetuarem a pessoas jurídicas pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral. Contudo, tal obrigação comporta diversas exceções.

Diante desse cenário, a única pessoa jurídica abaixo listada que, ao receber da Administração Pública pagamento pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços, terá que suportar tal retenção tributária, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1234/2012, é o(a):

- (A) Itaipu Binacional;
- (B) conselho de fiscalização de profissão regulamentada;
- (C) sindicato de empregadores;
- (D) pessoa jurídica exclusivamente distribuidora de jornais e revistas;
- (E) serviço social autônomo, criado ou autorizado por lei.

## Auditoria Governamental

51

Antes de chegar ao paradigma atual, a prática de auditoria interna teve foco em diferentes abordagens.

Ao longo do tempo, eventos que desafiaram organizações públicas e privadas provocaram um salto evolutivo na atividade de auditoria, de forma que, atualmente, o foco está na:

- (A) identificação de irregularidades e fraudes;
- (B) melhoria da eficácia dos processos de gerenciamento de risco, controle e governança;
- (C) provisão de reportes úteis e tempestivos para os *stakeholders* da entidade;
- (D) reformulação das normas para integração com as práticas contábeis internacionais;
- (E) verificabilidade das informações prestadas pela entidade.

52

De modo geral, auditorias e inspeções são concebidas como formas de fiscalização com o fim de dar efetividade ao controle da administração pública, no que tange à gestão dos recursos públicos.

Quando um trabalho de auditoria tem como objetivo expressar uma opinião quanto a estarem as informações financeiras auditadas livres de distorções relevantes devido a fraude ou erro, devem-se seguir os critérios de uma auditoria de:

- (A) regularidade;
- (B) desempenho;
- (C) avaliação da gestão;
- (D) demonstrações contábeis;
- (E) tomada de contas especial.

**53**

No âmbito das entidades públicas, a prestação de contas é um requisito mandatório, que tem como finalidade demonstrar, de forma clara e objetiva, a boa e regular aplicação dos recursos públicos. Ao elaborar e divulgar a sua prestação de contas de um período, as entidades públicas devem mostrar uma visão integrada da inter-relação entre os resultados alcançados, a estratégia de alocação dos recursos e os objetivos estratégicos definidos para o exercício.

Essa diretriz é tratada na Instrução Normativa do TCU nº 84, de 22 de abril de 2020, como princípio:

- (A) da coerência e da comparabilidade;
- (B) da conectividade da informação;
- (C) do foco estratégico no cidadão;
- (D) das relações com as partes interessadas;
- (E) da transparência e da *accountability*.

**54**

A Instrução Normativa do TCU nº 84, de 22 de abril de 2020, orienta que os certificados de auditoria devem expressar uma opinião quanto à regularidade das contas anuais.

Ao finalizar um trabalho de auditoria, e tendo realizado todos os procedimentos planejados, um auditor registrou que não foi possível obter evidências suficientes e apropriadas. Porém, o auditor conseguiu concluir que os possíveis efeitos dos desvios de conformidade nas operações auditadas, se houver, poderiam ser relevantes, mas não generalizados.

Nesse caso, o certificado de auditoria deve expressar uma opinião:

- (A) adversa;
- (B) com abstenção;
- (C) com parágrafo de ênfase;
- (D) com ressalvas;
- (E) não modificada.

**55**

No planejamento dos trabalhos de auditoria nas contas, a Instrução Normativa do TCU nº 84/2020 orienta que os órgãos de controle interno considerem a materialidade das operações, transações e/ou atos de gestão subjacentes.

No caso de uma entidade com orçamento superior a R\$ 100 milhões, para que uma irregularidade seja considerada materialmente relevante, ela deve corresponder a pelo menos:

- (A) 5% da despesa empenhada no exercício corrente;
- (B) 5% da receita corrente líquida do exercício em que a irregularidade ocorreu;
- (C) 3% da despesa executada no exercício em que a irregularidade foi detectada;
- (D) R\$ 2,3 milhões acrescidos de 1% da despesa que ultrapassar R\$ 100 milhões;
- (E) R\$ 2,3 milhões acrescidos de 0,25% da despesa que ultrapassar R\$ 100 milhões.

**56**

Com o objetivo de orientar as entidades que integram o sistema, a Lei nº 10.180/2001 trata de conceitos, estrutura e diretrizes que regem o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal.

No âmbito desse sistema:

- (A) a ênfase das atividades de fiscalização recai sobre aquelas de natureza operacional;
- (B) as auditorias de conformidade são facultadas, uma vez que são o foco do controle externo;
- (C) o controle interno está hierarquicamente submetido ao controle externo;
- (D) os critérios para aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado são definidos;
- (E) a avaliação do cumprimento das metas do PPA constitui uma das suas finalidades.

**57**

Com vistas a efetivar as disposições da IN Conjunta MP/CGU nº 01, de 10 de maio de 2016, a gestão de uma entidade criou um comitê permanente de governança, riscos e controle. O foco inicial da atuação do comitê foi avaliar a estrutura de controles internos da gestão da entidade a fim de identificar pontos de aperfeiçoamento.

Como critérios para essa avaliação, o comitê deve considerar que controles internos da gestão:

- (A) baseiam-se nas metas e prioridades definidas no planejamento organizacional;
- (B) devem ser dimensionados e desenvolvidos na proporção requerida pelos riscos identificados;
- (C) devem ser modificados nos períodos em que os objetivos da entidade não são atingidos;
- (D) têm seus componentes preferencialmente adotados nos níveis estratégicos;
- (E) têm sua efetividade associada ao porte da entidade avaliada.

**58**

Uma entidade pública tem o seu *datacenter* fisicamente localizado no edifício sede da entidade, um prédio com deficiências de manutenção e recorrentes problemas elétricos que afetam o funcionamento dos servidores do *datacenter*. Com isso, a entidade está sujeita a riscos de descontinuidade dos seus sistemas, que dão suporte às principais atividades da organização.

A entidade já identificou e avaliou esse risco, e a resposta a ele:

- (A) decorre do quanto os controles internos estão adequadamente implantados;
- (B) depende do nível de exposição a riscos previamente estabelecido pela entidade;
- (C) deve estar situada na estratégia de compartilhamento;
- (D) deve ser implementada somente se o impacto do risco for muito alto;
- (E) pode ser planejada para o próximo ciclo de avaliação se a probabilidade de ocorrência for baixa.

59

Uma entidade pública tem um contrato de serviços de conservação, operação e manutenção preventiva e corretiva em sistemas elétricos urbanos, o qual prevê o fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva. A entidade recebeu uma denúncia de que o quantitativo de postos de mão de obra desse contrato não estava sendo efetivo, embora tenha sido atestado pelo fiscal do contrato.

Um instrumento de fiscalização adequado para apurar a referida denúncia de modo a suprir as lacunas de informações é o(a):

- (A) acompanhamento;
- (B) inspeção;
- (C) levantamento;
- (D) monitoramento;
- (E) observação.

60

A gestão de uma entidade pública aprovou a criação do seu sistema de governança, que previa a estruturação das instâncias de governança, de gestão e de auditoria interna conforme o novo modelo das Três Linhas do *The Institute of Internal Auditors* (IIA), chancelado no Brasil pela IN Conjunta MPOG/CGU nº 1, de 10 de maio de 2016.

Nesse modelo, o papel da instância de governança:

- (A) não contempla atividades de delegação de responsabilidades e oferta de recursos à gestão;
- (B) posiciona-se na segunda linha de defesa, com a condução do processo de gerenciamento de riscos;
- (C) situa-se na terceira linha, junto às atividades da instância de auditoria interna;
- (D) tem sua definição condicionada à estrutura de gestão e desempenho da entidade;
- (E) tem um dos focos na prestação de contas aos *stakeholders* quanto à supervisão organizacional.

## Direito Administrativo

61

Lucas, analista da Comissão de Valores Mobiliários, recebeu um convite para palestrar na universidade pública XYZ sobre a medida de indisponibilidade no contexto de ações de improbidade administrativa, considerando as mudanças legislativas recentes, que alteraram sobremaneira a matéria.

Considerando esse cenário e as disposições da Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa), é correto afirmar que:

- (A) o pedido de indisponibilidade de bens será deferido mediante a demonstração, no caso concreto, de perigo de dano irreparável ou de risco ao resultado útil do processo, desde que o juiz se convença da probabilidade da ocorrência dos atos descritos na petição inicial com fundamento nos respectivos elementos de instrução, após a oitiva do réu em dez dias;
- (B) a ordem de indisponibilidade de bens deverá priorizar contas bancárias e, apenas na inexistência dessas, o bloqueio de veículos de via terrestre, bens imóveis, bens móveis em geral, semoventes, navios, aeronaves, ações e quotas de sociedades e pedras e metais preciosos;
- (C) o juiz, ao apreciar o pedido de indisponibilidade de bens do réu, observará os efeitos práticos da decisão, vedada a adoção de medida capaz de acarretar prejuízo à prestação de serviços públicos;
- (D) a quantia de até sessenta salários mínimos depositada em caderneta de poupança, em outras aplicações financeiras ou em conta corrente, não pode ser decretada indisponível;
- (E) a indisponibilidade recairá sobre bens que assegurem o integral ressarcimento do dano ao erário e os valores a serem eventualmente aplicados a título de multa civil.

62

João, diretor-executivo da sociedade empresária XYZ, após tomar ciência de que a entidade estava sendo investigada, nas esferas cível e administrativa, por praticar atos contra a administração pública federal, contratou advogados especialistas na matéria, visando à celebração de um eventual acordo de leniência.

Considerando esse cenário e as disposições da Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), é correto afirmar que:

- (A) a Advocacia-Geral da União (AGU) é o órgão competente para celebrar os acordos de leniência no âmbito do Poder Executivo federal, bem como no caso de atos lesivos praticados contra a administração pública estrangeira;
- (B) os efeitos do acordo de leniência serão estendidos às pessoas jurídicas que integram o mesmo grupo econômico, de fato e de direito, desde que firmem o acordo em conjunto, respeitadas as condições nele estabelecidas;
- (C) a pessoa jurídica, em caso de descumprimento do acordo de leniência, ficará impedida de celebrar novo acordo pelo prazo de cinco anos, contados do conhecimento pela administração pública do referido descumprimento;
- (D) a proposta de acordo de leniência somente se tornará pública após a homologação e o cumprimento dos termos do respectivo acordo, salvo no interesse das investigações e do processo administrativo;
- (E) a homologação do acordo de leniência celebrado enseja a suspensão do prazo prescricional relacionado aos atos ilícitos que são por ele englobados.

**63**

João, em observância às formalidades legais, deflagrou um processo administrativo junto à União. Após dois meses, ele se dirigiu à repartição pública competente, sendo informado de que o referido feito se encontrava na fase de instrução. Dessa forma, João, formado em Direito, resolveu analisar as normas aplicáveis à referida fase processual, até mesmo para adotar todas as medidas que pudessem auxiliar no deferimento do seu pedido.

Considerando esse cenário e as disposições da Lei nº 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, é correto afirmar que:

- (A) quando, por disposição de ato normativo, devam ser previamente obtidos laudos técnicos de órgãos administrativos e estes não cumprirem o encargo no prazo assinalado, o órgão responsável pela instrução deverá solicitar laudo técnico de outro órgão dotado de qualificação e capacidade técnica equivalentes;
- (B) quando dados, atuações ou documentos solicitados ao interessado forem necessários à apreciação de pedido formulado, o não atendimento no prazo fixado pela administração para a respectiva apresentação implicará a aplicação de multa;
- (C) quando deva ser obrigatoriamente ouvido um órgão consultivo, o parecer deverá ser emitido no prazo máximo de dez dias, salvo norma especial ou comprovada necessidade de maior prazo;
- (D) os interessados serão intimados de prova ou diligência ordenada, com antecedência mínima de cinco dias úteis, mencionando-se data, hora e local de realização;
- (E) o interessado, encerrada a instrução, terá o direito de manifestar-se no prazo máximo de quinze dias, salvo se outro prazo for legalmente fixado.

**64**

De acordo com a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, os órgãos e entidades da Administração Pública deverão utilizar o sistema de registro cadastral unificado, disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), para efeito de cadastro unificado de licitantes.

Considerando as disposições da Lei nº 14.133/2021 sobre o registro cadastral, procedimento auxiliar das licitações e contratações, é correto afirmar que:

- (A) o sistema de registro cadastral unificado será público e deverá ser amplamente divulgado e estar permanentemente aberto aos interessados, e será obrigatória a realização de chamamento público pela Internet, no mínimo semestralmente, para atualização dos registros existentes e para ingresso de novos interessados;
- (B) a administração não poderá, como regra, realizar licitação restrita a fornecedores cadastrados, salvo em casos excepcionais, devidamente fundamentados, desde que atendidos os critérios, as condições e os limites estabelecidos em regulamento;
- (C) o registro de inscrito que deixar de satisfazer exigências determinadas na Lei nº 14.133/2021 (nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos) ou por regulamento a qualquer tempo poderá ser alterado, suspenso ou cancelado;
- (D) certificado, renovável automática e anualmente, será fornecido ao inscrito no cadastro, salvo manifestação em sentido contrário do interessado;
- (E) o órgão ou entidade licitante poderá exigir registro cadastral complementar para acesso a edital e anexos.

**65**

João, jornalista investigativo, ingressou com pedido de acesso à informação XYZ junto à Administração Pública Federal, sendo informado, após a observância das formalidades legais, que o pedido não poderia ser deferido, porquanto a referida informação estaria submetida a sigilo, no grau ultrassecreto. João, então, passou a analisar a legislação de regência, para verificar quais autoridades teriam competência para determinar a medida.

Considerando esse cenário e as disposições da Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), a classificação do sigilo da informação, no grau ultrassecreto, é de competência do:

- (A) presidente da República, do vice-presidente da República, dos ministros de Estado e autoridades com as mesmas prerrogativas, dos comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, dos chefes de missões diplomáticas e consulares permanentes no exterior e dos titulares de autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista, admitindo-se a delegação pela autoridade responsável a agente público, inclusive em missão no exterior, vedada a subdelegação;
- (B) presidente da República, do vice-presidente da República, dos ministros de Estado e autoridades com as mesmas prerrogativas, dos comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica e dos chefes de missões diplomáticas e consulares permanentes no exterior, admitindo-se a delegação pela autoridade responsável a agente público, inclusive em missão no exterior, vedada a subdelegação;
- (C) presidente da República, do vice-presidente da República, dos ministros de Estado e autoridades com as mesmas prerrogativas e dos titulares de autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista, vedando-se a delegação pela autoridade responsável a agente público;
- (D) presidente da República, do vice-presidente da República e dos titulares de autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista, vedando-se a delegação pela autoridade responsável a agente público;
- (E) presidente da República e do vice-presidente da República, vedando-se a delegação pela autoridade responsável a agente público.

66

João, jornalista, Matheus, artista, e Luiz, estudante, debateram sobre a importância da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais e os reflexos que a referida legislação possui na atividade profissional de cada qual.

Nesse cenário, é correto afirmar que a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados):

- (A) não se aplica ao tratamento de dados pessoais realizado por pessoa natural para fins exclusivamente particulares e não econômicos, tampouco para fim exclusivamente artístico. Por outro lado, a legislação é aplicável ao tratamento de dados pessoais realizado para fim exclusivamente jornalístico;
- (B) se aplica ao tratamento de dados pessoais realizado por pessoa natural para fins exclusivamente particulares e não econômicos. Igualmente, a legislação é aplicável ao tratamento de dados pessoais realizado para fins exclusivamente jornalístico e artístico;
- (C) não se aplica ao tratamento de dados pessoais realizado por pessoa natural para fins exclusivamente particulares e não econômicos. Por outro lado, a legislação é aplicável ao tratamento de dados pessoais realizado para fins exclusivamente jornalístico e artístico;
- (D) se aplica ao tratamento de dados pessoais realizado por pessoa natural para fins exclusivamente particulares e não econômicos. Por outro lado, a legislação não é aplicável ao tratamento de dados pessoais realizado para fins exclusivamente jornalístico e artístico;
- (E) não se aplica ao tratamento de dados pessoais realizado por pessoa natural para fins exclusivamente particulares e não econômicos. Igualmente, a legislação não é aplicável ao tratamento de dados pessoais realizado para fins exclusivamente jornalístico e artístico.

67

O diretor-executivo da sociedade empresária ABC, ao verificar que o estado Alfa publicou edital de licitação pública, determinou que a sua assessoria jurídica lhe apresentasse um parecer sobre a alocação de riscos no contexto dos contratos administrativos, visando a uma tomada de decisão informada sobre a participação ou não no processo licitatório.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos), é correto afirmar que:

- (A) o equilíbrio econômico-financeiro, atendidas as condições do contrato e da matriz de alocação de riscos, será considerado mantido, renunciando as partes aos pedidos de restabelecimento do equilíbrio relacionados aos riscos assumidos, inclusive no que se refere ao aumento ou à redução, por legislação superveniente, dos tributos diretamente pagos pelo contratado em decorrência do contrato;
- (B) o contrato poderá identificar os riscos contratuais previstos e presumíveis e prever matriz de alocação de riscos, alocando-os entre contratante e contratado, mediante indicação daqueles a serem assumidos pelo setor público ou pelo setor privado, vedando-se o compartilhamento de riscos;
- (C) a matriz de alocação de riscos definirá o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, devendo ser observada na solução de eventuais pleitos das partes, salvo em relação a eventos supervenientes;
- (D) a alocação dos riscos contratuais será quantificada para fins de projeção dos reflexos de seus custos no valor estimado da contratação;
- (E) os riscos que tenham cobertura oferecida por seguradoras serão preferencialmente assumidos pelo setor público.

68

A Mesa da Câmara dos Deputados encaminhou pedido escrito de informações ao ministro das Relações Exteriores, versando sobre temática internacional com reflexo nas exportações do agronegócio brasileiro. Nada obstante, passados sessenta dias, não houve qualquer resposta ao pleito formulado. Além disso, a Câmara dos Deputados convocou o ministro da Fazenda para prestar, pessoalmente, informações sobre o mesmo assunto, em razão das repercussões da matéria na esfera econômica do país. Contudo, na data designada, a autoridade deixou de comparecer, sem apresentar qualquer justificativa.

Considerando as disposições da Constituição Federal, é correto afirmar que:

- (A) o ministro das Relações Exteriores incorreu em crime de responsabilidade, porquanto a Mesa da Câmara dos Deputados tem a prerrogativa de encaminhar pedido escrito de informações ao presidente da República, ao vice-presidente da República, a ministros de Estado e quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República. Por outro lado, o ministro da Fazenda não cometeu crime de responsabilidade, porquanto a convocação para comparecimento pessoal de autoridades do Poder Executivo Federal não tem assento constitucional;
- (B) o ministro da Fazenda incorreu em crime de responsabilidade, porquanto a Câmara dos Deputados tem a prerrogativa de convocar o presidente da República, o vice-presidente da República, ministros de Estado e quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República para prestarem, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado. Por outro lado, o ministro das Relações Exteriores não cometeu crime de responsabilidade, porquanto o pedido escrito de informações tem caráter não vinculante;
- (C) o ministro da Fazenda incorreu em crime de responsabilidade, porquanto a Câmara dos Deputados tem a prerrogativa de convocar ministros de Estado e quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República para prestarem, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado. Por outro lado, o ministro das Relações Exteriores não cometeu crime de responsabilidade, porquanto o pedido escrito de informações tem caráter não vinculante;
- (D) o ministro das Relações Exteriores e o ministro da Fazenda não incorreram em crime de responsabilidade, porquanto as autoridades do Poder Executivo Federal não estão sujeitas à convocação da Câmara dos Deputados;
- (E) o ministro das Relações Exteriores e o ministro da Fazenda incorreram em crime de responsabilidade.

69

Luiz ingressou, em juízo, com uma demanda, ao argumento de que a ausência de determinada norma regulamentadora estava tornando inviável o exercício de direitos e liberdades constitucionais e de prerrogativas inerentes à cidadania.

Nesse cenário, considerando as disposições da Constituição Federal, é correto afirmar que Luiz ingressou, em juízo, com um (uma):

- (A) mandado de segurança;
- (B) mandado de injunção;
- (C) ação civil pública;
- (D) ação popular;
- (E) *habeas data*.

70

João tomou ciência de que o Ministério Público deflagrou um inquérito civil para apurar suposto ato doloso de improbidade administrativa por ele perpetrado. Dessa forma, o agente público procurou o auxílio de um advogado, que lhe prestou os devidos esclarecimentos sobre o inquérito civil e as consequências dele decorrentes.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa), é correto afirmar que o(a):

- (A) inquérito civil para apuração do ato de improbidade será concluído no prazo de trezentos e sessenta e cinco dias corridos, prorrogável uma única vez por igual período, mediante ato fundamentado, submetido à revisão da instância competente do órgão ministerial, conforme dispuser a respectiva lei orgânica;
- (B) instauração de inquérito civil para apuração de atos de improbidade administrativa suspende o curso do prazo prescricional por, no máximo, trezentos e sessenta e cinco dias, recomeçando a correr após a sua conclusão ou, caso não concluído, após esgotado o prazo de suspensão;
- (C) inquérito civil para apuração do ato de improbidade será concluído no prazo de cento e oitenta dias corridos, prorrogável uma única vez por igual período, mediante ato fundamentado submetido à apreciação do juízo competente;
- (D) instauração de inquérito civil para apuração de atos de improbidade administrativa não impede o transcurso do prazo prescricional, que será interrompido pelo recebimento da petição inicial na ação de improbidade administrativa;
- (E) instauração de inquérito civil para apuração de atos de improbidade administrativa não impede o transcurso do prazo prescricional, que será suspenso pelo ajuizamento da ação de improbidade administrativa.

RASCUNHO

RASCUNHO

RASCUNHO

Realização

